



PROJETO DE LEI PL./0105.9/2017



Dispõe sobre a transferência simbólica da Capital do Estado de Santa Catarina para o município de Chapecó.

Art. 1º - A Capital do Estado de Santa Catarina será transferida, simbolicamente, para o município de Chapecó, no dia 25 do mês de agosto do corrente ano, data que se comemora o Centenário da criação do município.

Parágrafo único. As solenidades e atos oficiais realizados na data de que trata o *caput*, deverão resgatar a história de criação da Cidade, especialmente os fatos históricos respeitantes aos primeiros habitantes, com destaque à colonização, etnias, contendas e cultura.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,


JOÃO AMIN
Deputado Estadual

Lido no Expediente
28ª Sessão de 18/04/17
As Comissões de:
(5) Justiça
(10) Educação
_____ Secretário



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende transferir, simbolicamente, a Capital do Estado de Santa Catarina para o município de Chapecó, no dia 25 do mês de agosto do corrente ano, em comemoração ao Centenário de fundação do município de Chapecó.

Sendo assim, esta é uma forma de homenagear essa cidade catarinense que tem uma população estimada em 209.553 habitantes (IBGE, 2016) e uma área de 626,060 km², destaque no desenvolvimento da Região Oeste, sendo considerada a capital brasileira da agroindústria e capital catarinense do turismo de negócios.

Chapecó também é destaque em seus indicadores socioeconômicos, estando entre os mais elevados do país, com um IDH de 0,790, o 12º do Estado de Santa Catarina e o 67º do Brasil.

São diversas as hipóteses relacionadas à origem e ao significado do nome do município. Todavia, a suposição mais difundida aponta "Chapecó" como vocábulo de origem Kaingang, que significaria "Donde se avista o Caminho da Roça". À parte a ocupação da região por povos indígenas - sobretudo kaingangs e em menor proporção guaranis - desde tempos imemoriais, acredita-se que os primeiros exploradores a percorrer o oeste catarinense tenham sido bandeirantes paulistas, ainda no século XVII. Há, entretanto, historiadores que sugerem que a região já teria sido pisada por homens brancos em meados do século XVI. De qualquer forma, pode-se afirmar que o território que atualmente compõe o oeste de Santa Catarina foi pouquíssimo explorado até pelo menos o início do século XIX.

A partir de então, em função de uma frente agro-pastoril vinda do norte, a região passa gradativamente a ser ocupada por criadores de gado. Tal fato está relacionado com a descoberta, por volta de 1839, dos chamados "Campos de Palmas", os quais vinham sendo procurados havia tempo por fazendeiros que já tinham ocupado os campos de Guarapuava. Dessa forma, graças à demanda dos pecuaristas guarapuavanos por novas áreas de pastagem, grandes porções do atual oeste catarinense começaram a ser ocupadas por fazendas de criação.

Com a expansão das atividades pecuárias, surge a ideia de abrir-se uma estrada - ou caminho de tropas - que ligasse os Campos de Palmas à região missioneira do Rio Grande do Sul, a fim de viabilizar uma nova rota de tropeiros no sul do País. A abertura desta estrada - que ficou conhecida como "Caminho das Missões" - deu-se por volta de 1845, e para tanto foi decisiva a atuação do Índio Condá. Cacique kaingang de grande ascendência sobre os índios da região, Condá,



que relacionava-se bem com os novos povoadores brancos, concordou em apaziguar os indígenas que habitavam os lugares por onde passaria a futura estrada de tropas.

O "Caminho das Missões", logo após ter sido aberto, passou a receber um grande fluxo de tropeiros. Esta nova rota lhes era vantajosa porque encurtava consideravelmente o trajeto entre o sul do Brasil e as feiras de gado de São Paulo. Além disso, passando por ali as tropas escapavam dos tributos devidos à Província de Santa Catarina, caso utilizassem o antigo "Caminho de Vião", que passava por Lages. (Até essa época, a região que atualmente faz parte do oeste catarinense pertencia à Província de São Paulo).

O intenso fluxo de tropeiros que passou a existir na região foi responsável pelo aparecimento dos primeiros núcleos de povoamento, que surgiram nos locais de pouso e descanso das tropas. A cidade de Chapecó, de fato, desenvolveu-se a partir de um desses peculiares agrupamentos populacionais. Percebe-se, dessa forma, a importância do tropeirismo para a economia regional na segunda metade do século XIX. Concomitantemente, passou a ser relevante a atividade extrativista de erva-mate na região

O território do oeste catarinense foi motivo de diversas disputas por sua posse. Primeiramente, entre Espanha e Portugal. Depois, tornou-se questão de litígio entre Argentina e Brasil. Foi por isso que, em 1859, através de Decreto Imperial, foi criada a Colônia Militar de Chapecó, a fim de assegurar a soberania brasileira sobre a região. A Colônia, entretanto, só foi instalada de fato mais de 20 anos depois, em 1882. Apesar do nome, localizava-se em área atualmente pertencente ao município de Xanxerê, e era comandada por José Bernardino Bormann, futuro Marechal do Exército Brasileiro. A ele cabia a função de organizar a Colônia Militar, além de conceder títulos de propriedade a colonos que se instalassem nos arredores da mesma.

Tais iniciativas foram importantes para assegurar a posse brasileira da região, que ocorreria de forma definitiva apenas em 1895. Neste ano, através de um processo de Arbitragem Internacional, que teve como árbitro o então presidente norte-americano Roger Cleveland, a questão foi decidida favoravelmente ao Brasil.

Surgia, porém, uma nova disputa, agora de caráter interno, entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina: A questão do Contestado. Esta só viria a ser revolvida com o fim do conflito - Guerra do Contestado - que deflagrou-se na região, entre 1912 e 1916. Assim, em 1917, o Estado de Santa Catarina cria 4 novos municípios no território que lhe coube da área anteriormente disputada, a fim de consolidar a posse barriga-verde da região. São criados, então, os municípios de





Mafra, Porto União, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó. Nessa época, o recém criado município de Chapecó abrangia todo o grande oeste catarinense.

Com o território definitivamente delimitado, inicia-se o processo de efetiva colonização do “Velho Chapecó”, i.e. da região oeste de Santa Catarina. Dessa forma, entram em cena as Companhias (ou Empresas) Colonizadoras, que recebiam do Governo Estadual - por meio de concessões - enormes áreas de terra, a fim de loteá-las e vendê-las a colonos interessados. Em troca, tais Companhias deviam construir estradas na região, a fim de possibilitar a infraestrutura de ligação com as demais partes do Estado.

A grande maioria dos colonos que se instalaram em Chapecó a partir de então, provinha das antigas colônias do Rio Grande do Sul. Eram, no geral, descendentes de imigrantes europeus (italianos sobretudo, e em menor grau alemães e poloneses).

Com o incremento da colonização, a economia regional pôde desenvolver-se de forma mais significativa. A princípio, a extração da madeira teve grande importância econômica. De fato, nas primeiras décadas da colonização, a exportação de madeira para os países platinos foi o carro-chave da economia chapecoense. Isso ocorreu, sobretudo, devido à precariedade da infraestrutura de ligação com as demais regiões do Estado, e mesmo do País. Na falta de estradas, a única alternativa para o escoamento da produção madeireira era o Rio Uruguai. Dessa forma, as toras e tábuas eram levadas até a beira do rio, onde eram amarradas, dando origem a enormes balsas. Nas épocas de enchente, quando o nível da água subia, essas balsas eram largadas rio abaixo rumo aos portos fluviais argentinos e uruguaios, onde a madeira era comercializada. Os grandes responsáveis por estas empreitadas eram os indivíduos encarregados de guiar as balsas até o destino final, enfrentando perigos diversos e toda sorte de provações. Eram os famosos “Balseiros do Rio Uruguai”, justamente homenageados por Barbosa Lessa em um dos clássicos da música nativista gauchesca.

Com o passar do tempo, a exploração da madeira perdeu importância, dando lugar então à agroindústria, que se desenvolveu muito. Isso acabou determinando a vocação do município, que passou a ser reconhecido internacionalmente como grande produtor de aves e suínos. Atualmente, muito embora a agroindústria continue sendo a mais importante atividade econômica municipal, outros segmentos econômicos, tanto de ordem industrial como de serviços, têm obtido notório desenvolvimento. As características gerais do município conferem a Chapecó fundamental importância político-econômica no âmbito catarinense (é o centro polarizador de serviços do oeste), significativo destaque no





panorama nacional (é a capital nacional da agroindústria) e expressão internacional de certa relevância.

No contexto histórico posterior ao início da colonização, há que se destacar ainda a criação, em 1943, do Território Federal do Iguaçu, ao qual Chapecó passou a pertencer. Em 1946, com a extinção do referido Território, Chapecó volta a fazer parte de Santa Catarina.

Por ser atualmente uma das maiores cidades da região do antigo Território do Iguaçu, Chapecó foi fortemente cotada (juntamente com Cascavel) para se constituir na capital de um eventual Estado do Iguaçu, pretendido por alguns movimentos emancipacionistas das regiões oeste e sudoeste do Paraná e oeste catarinense nos últimos sessenta anos.[7] Ambas as cidades recebem o apelido de "Capital do Oeste".

Considerando a relevância de Chapecó para o Estado de Santa Catarina, diante das informações expostas, peço o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.


JOÃO AMIN
Deputado Estadual

